

Histórias mal contadas

JOSÉ ROBERTO PINTO DE GÓES

Cazuza estava iluminado quando compôs o verso "o nosso amor a gente inventa". Ele é terrível, pois implica que podemos desejar qualquer coisa, mesmo as mais implausíveis ou intoleráveis. Acho que o verso se aplica também às sociedades. O Brasil pode vir a se tornar um país dividido entre negros e brancos, sim, trocando a valorização da mestiçagem pelo orgulho racial. Mas isso só poderá acontecer à custa de muita desinformação sobre o nosso passado.

A escravidão moderna não era coisa apenas de "branco". A demanda da América por escravos aliou-se à oferta de escravos por parte de dirigentes e comerciantes africanos, ligados ao próspero mercado de escravos. A captura de 10 milhões de pessoas, embarcadas em tumbeiros e levadas como escravas para o outro lado do Atlântico, ao longo de quase 4 séculos, não seria possível sem que sólidos interesses ligados ao tráfico transatlântico existissem em ambas as margens do Oceano.

No Brasil, a escravidão também estava longe de ser uma coisa de "branco". Reparem nos números que compararam Estados Unidos e Brasil. Lá chegaram 400 mil africanos ao todo e, quando a escravidão acabou, existiam 4 milhões de escravos. Aqui chegaram cerca de 3 milhões e 600 mil e, em 1872, havia 1 milhão e 200 mil escravos. Por isso, quando a escravidão acabou lá, havia apenas 5% de pessoas "de cor", como diziam os censos de então, entre a população livre. No Brasil, em 1872, metade da população livre recenseada era "de cor".

O que explica a diferença foi o costume da alforria no Brasil, comprada pelo escravo ou concedida pelo proprietário. Isso não era habitual nos Estados Unidos. Aqui era. Estudos demográficos recentes têm revelado que essa população "de cor" (composta de pardos e pretos, como se dizia à época) vivia, trabalhava, casava, se amancebava, envelhecia e morria do mesmo jeito que os sem cor, digamos assim. E até participava do mercado de escravo, coisa facilitada por uma incessante oferta da mercadoria humana, o que a tornava relativamente barata. Por volta de 1830, na localidade de Sabará, em Minas Gerais, quase a metade dessa população livre de cor possuía escravos. Na região de Campos, em fins do século XVIII, um terço da classe senhorial era composto de descendentes de escravos. Essa farrá escravista só foi interrompida em 1850, quando a marinha inglesa, contrariando interesses de muitos brasileiros e africanos, obrigou o Império a pôr fim ao tráfico transatlântico.

Fato é que a escravidão não encontrava legitimidade em bases raciais, no Brasil. Joaquim Nabuco compreendeu isso, quando escreveu que a escravidão não chegara a "azedar" a alma do preto contra o branco porque estava aberta a todos: "nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, pretos e brancos". Pensando bem, Nabuco talvez estivesse se referindo também aos africanos, quando aludiu aos estrangeiros. Os escravos nascidos no Brasil costumavam obter cartas de alforria com mais frequência do que eles, mas não foram poucos os africanos que, de mil modos, conseguiram juntar recursos para comprar a sua.

Voltando ao início e a Cazuza: apenas à custa de uma idealização muito caricatural do nosso passado (além, claro, de um absurdo desdém pela nossa intensa miscigenação) é possível convencer os brasileiros a escolher, cada um, a sua raça. Mas o que sabem os brasileiros do passado, senão o que a escola ensina, sendo o que a escola ensina uma caricatura malfeita do passado? E não é só a escola. Quinta-feira passada, os leitores deste jornal puderam ler a mesma sucessão de equívocos sobre a nossa História, em artigo assinado pelo compositor Nei Lopes. E o músico ainda aproveitou a ocasião para cometer uma injustiça com o jornalista Ali Kamel, autor do livro recém-lançado "Não somos racistas", uma excelente contribuição à luta contra o racismo no Brasil. Antes de criticá-lo deveria ter lido o livro: teria evitado atribuir-lhe conceitos que não são dele.

Enfim, só nos resta confiar em que a herança que nos foi legada por aquela população livre de cor, que teve o trabalho de mentir, desmentir, desconversar, tergiversar, desmerecer e desmoralizar marcadores raciais (fazendo com que cada um de nós tenha uma imensa vergonha de ser racista), tenha se enraizado o suficiente entre nós. E rezar, é claro.

JOSÉ ROBERTO PINTO DE GÓES é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

ZUENIR VENTURA

A cajuína cristalina em Teresina

Marcelo



Acabo de voltar de Teresina lembrando o que a gente às vezes esquece: não dá para entender o Brasil prestando atenção apenas em Brasília e sem conhecer os vários Brasis que o compõem. De perto, as partes costumam desmentir o todo. É a terceira visita que faço à capital piauiense, que, segundo o estereótipo, é uma das mais quentes e pobres do país. Ah, sim, e produz caju e o fresco cajuína. Pronto, e é tudo.

Carregados dos preconceitos etnocêntricos que nos fazem acreditar que não há vida inteligente fora do eixo Rio-São Paulo, nos surpreendemos quando vemos um auditório superlotado de 700 jovens ouvindo papos literários, como aconteceu no Salão do Livro do ano passado, ou quando esta semana, durante duas noites, 400 alunos e professores disputaram lugares para nos ouvir, Ana Miranda, Ivan Ângelo e Nirlando Beirão, falando de crônica.

Isso talvez explique a existência de tantos escritores na terra de Da Costa e Silva e Assis Brasil. Não é em qualquer lugar que se pode encontrar um livro só sobre os que se foram antes, como "Sociedade dos poetas trágicos — vida e obra de 10 poetas piauienses que morreram jovens", de Zózimo Tavares. Entre eles estão dois personagens inovadores: Mário Faustino, morto em 1962, com 32 anos, num desastre de avião, e Torquato Neto, que se suicidou em 72, aos 28 anos. Com o primeiro trabalhei e do segundo fui amigo.

Crítico e poeta, Faustino deixou apenas um livro, "O homem e

sua hora" ("Não morri de mala sorte/Morri de amor pela morte"), mas mantinha uma polêmica página de vanguarda no suplemento do "Jornal do Brasil", onde experimentava e apontava novos caminhos estéticos. O Concretismo lhe deve bastante. Como disse Haroldo de Campos, "ele fez o mais ágil e inteligente jornalismo literário que jamais vi entre nós".

Compositor e jornalista, Torquato também só deixou um livro, editado após sua morte por Wally Salomão, "Os últimos dias de Paupéria", mas esteve na origem do Tropicalismo, o qual fecundou com idéias e algumas das mais poéticas letras do movimento, como "Geléia geral", "Soy loco por ti América" (com Capinam), "Louvação" e "Rancho da rosa encarnada" (com Gilberto Gil), "Pra dizer adeus" (com Edu Lobo), "Mamãe coragem" (com Caetano Veloso), entre muitas outras.

Na véspera de voltar, quis visitar a Praça do Liceu. Ali, em 72, encontrei Torquato, sem suspeitar que seria o nosso último abraço. Pouco depois, ele conseguia no Rio o que já tentara quatro vezes: suicidar-se. Já passava da meia-noite, e Luiza, cantora da cidade, entou a capela para o grupo o lindo poema musical que Caetano fez em homenagem ao amigo, aquele que fala da "cajuína cristalina em Teresina" e que começa com uma interrogação metafísica: "Existirmos — a que será que se destina?" Nunca tinha tomado cajuína. Gostei mais do suco de bacuri do seu Abraão. Não rima, mas foi um dos melhores sabores que já provei.

Operação Crescimento

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregará aos candidatos à Presidência da República o documento "Crescimento. A Visão da Indústria", no qual aponta dez questões que precisam ser enfrentadas de imediato para que o Brasil possa retomar o desenvolvimento econômico. Resultado de consenso entre as federações das indústrias e dezenas de entidades ligadas ao setor, o documento lista as mudanças mais urgentes nas áreas de redução do gasto público, tributação, infra-estrutura, financiamento, relações do trabalho, desburocratização, inovação, educação, política comercial e de acesso a mercados e meio ambiente.

Acreditamos que é dever da CNI, como entidade representativa do setor industrial, levar aos candidatos uma agenda de reformas que julgamos necessária para que o país retome um crescimento mais vigoroso. O maior desafio do próximo presidente da República será fazer com que o Brasil volte a se desenvolver em níveis mais elevados, próximos aos dos demais países em desenvolvimento.

É importante lembrar que, se mantida a média de crescimento da renda dos brasileiros na última década, que foi de 0,07% ao ano, levaremos 100

anos para alcançar a renda *per capita* dos cidadãos portugueses. Por isso, julgamos que essas modificações devem ser implantadas já no início da próxima administração federal, quando o novo governo, como sempre ocorre logo após uma eleição, contará com a simpatia de vastos setores da população e do Congresso.

É nossa obrigação agir junto aos agentes políticos de modo a conscientizá-los sobre a urgência das mudanças. As alterações que o país necessita para crescer dependem, em igual medida, do Executivo e do Legislativo. Assim, o futuro presidente e os novos integrantes do Congresso Nacional deverão buscar uma pauta positiva, que reflita as reais prioridades da população brasileira. Estamos presos a discussões intermináveis sobre sucessivas denúncias de corrupção e bombásticas operações da Polícia Federal. Os brasileiros anseiam por uma Operação Crescimento. A CNI pretende ser um dos porta-vozes desse anseio.

Para os industriais, a política macroeconômica é responsável pelas modestas taxas de crescimento. Ela aco-

moda as pressões inflacionárias a curto prazo, mas inviabiliza um crescimento sustentado. Porém, o real valorizado reduz as vendas ao exterior e, de outro lado, o juro elevado impede a redução da relação entre dívida e PIB. Por isso, o componente fiscal assume função preponderante na estabilidade econômica de longo prazo.

É consenso que o Brasil gasta muito e gasta mal o dinheiro que arrecada. Para a CNI, o fundamental é utilizar com eficiência o recurso que é pago pelo contribuinte. Nesse aspecto, achamos que é preciso controlar o crescimento dos gastos correntes do governo, implementar uma gestão orçamentária mais eficaz, flexibilizar o orçamento, evitar a deterioração do regime previdenciário e reduzir a carga tributária.

No que se refere à tributação, estamos certos de que a voracidade arrecadadora do Estado contribui para as taxas reduzidas de crescimento. Pague-se, no Brasil, um grande número de impostos e contribuições que incidem várias vezes sobre a mesma base. A estrutura tributária é complexa, distorce os preços relativos e onera ainda mais alguns segmentos. Para a

CNI, é preciso, antes de tudo, ajustar o sistema tributário às necessidades da competitividade e do crescimento do país. Temos, portanto, que torná-lo menos complexo, reduzir os conflitos federativos e estabelecer a isonomia tributária do produto nacional com o importado.

Quanto à infra-estrutura, paremos claro que o Brasil precisa urgentemente de investimentos privados. Nos últimos anos, o Estado vem investindo pouco e cada vez menos. De outra parte, há um forte interesse da iniciativa privada em aplicar recursos em obras de infra-estrutura. A falta de um ambiente institucional propício impede esses investimentos. Para resolver esse impasse, é preciso criar regras estáveis e eficientes para gás natural e saneamento básico, além de aperfeiçoar os marcos regulatórios de transporte, energia e telecomunicações.

A entrega do documento "Crescimento. A Visão da Indústria" aos candidatos à Presidência da República é a contribuição da CNI ao futuro governo. Esperamos que 2007 seja marcado pela efetiva atuação das forças políticas em busca de um ambiente propício ao desenvolvimento.

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O voto e a consciência cristã

D. EUGENIO SALES

O dia da Independência do Brasil nos oferece a oportunidade para algumas considerações a respeito da situação nacional. Revendo artigos meus, publicados semanalmente, deparei-me com um, antecedendo o 7 de setembro de 1994, no qual fazia os seguintes comentários: "Caiu sobre o nosso povo uma imensa desilusão, relativa aos políticos, pela atitude de uns que se servem do mandato sem ter em vista o bem comum. O descalabro provocado pelos desvios de dinheiro públicos, em benefício próprio ou da família, veio acrescer a desconfiança que ameaça as instituições. Sem negar a gravidade dos fatos, crimes muitas vezes impunes não devem lançar em descrédito as instituições democráticas. Antes, dar nossa contribuição na oportunidade do pleito eleitoral, para punir os infratores e preservar o país da repetição desses crimes."

Passados tantos anos, vendo o que amplamente é divulgado pela mídia, chegamos a uma triste conclusão: a situação continua a mesma ou até mesmo se agravou. A correção dessas distorções que põem em perigo a estabilidade social, além de ferir a própria lei moral, exige bastante coragem. Não se

espere que os acostumados a essas práticas más se disponham espontaneamente a corrigi-las. Os resultados desejados só serão obtidos efetivamente através de uma legislação severa e mudança de mentalidade. É aqui o fator religioso tem um lugar insubstituível. A grandeza do Brasil passa pelos princípios morais. A doutrina cristã extingue ou reduz males que nos angustiam. Ela é um sólido obstáculo à violência, aos assaltos, aos seqüestros, à ânsia do enriquecimento a qualquer preço, ao mercadejar das consciências, à dureza do coração diante das necessidades dos nossos irmãos.

O Catecismo da Igreja Católica, nova edição, assim se expressa ao tratar do 4º mandamento da lei de Deus: "Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus, te dará" (Ex 20, 12). E acrescenta: "Este mandamento implica ou subentende os deveres dos (...) magistrados, governantes, todos aqueles que exercem uma autoridade sobre outrem ou sobre uma comunidade" (nº 2199).

Em uma enfadonha e dolorosa seqüência, aparecem notícias na mídia sobre atividades criminosas impunes, por se acobertarem à sombra da imunidade parlamentar. Um país sofrido pela luta da libertação de suas misérias forçosamente toma conhe-

cimento de atitudes indignas de líderes desse mesmo povo.

Diante do presente quadro, surgem gritos irados contra os autores de leis que afrontam a Deus, mas sem questionar também os eleitores que levaram à Casa Legislativa esses seus preferidos. É possível a existência de erros, mas a obrigação de sufragar inclui o dever de verificar, previamente, se o candidato é digno. Devem ser investigados os pronunciamentos que fez sobre assuntos que ferem a consciência do verdadeiro cristão, procurar informar-se com pessoas fidedignas se o nome do candidato integra as listas dos que votaram pelo aborto, contra o ensino religioso, a favor do divórcio, do jogo, da imoralidade, contra uma válida reforma agrária e os ensinamentos da doutrina social da Igreja. E não nos esqueçamos de que essa verificação não se relaciona exclusivamente com o aspecto espiritual, mas envolve o homem em toda a sua complexidade. A defesa da vida desde a concepção até a morte natural, a luta para suprimir a miséria são exigências da fé; a má distribuição de renda, a injustiça social são pecados que clamam aos céus.

Trago como exemplo o caso do aborto. Na Encíclica "Evangelium Vitae", o Santo Padre João Paulo II assim se expressa: "Dentre todos os crimes que o homem pode realizar contra a vida, o

aborto provocado apresenta características que o tornam particularmente grave. O Concílio Vaticano II define-o, juntamente com o infanticídio, 'crime abominável'" (nº 58).

Merece particular atenção dos eleitores, pois hoje tramitam na Câmara dos Deputados vários projetos que visam desde a legalização do aborto por má formação fetal até sua livre prática a pedido da gestante. Esses projetos foram anexados ao projeto de lei 1.135/91, de autoria de três deputados. Além deles, foi incorporado pela relatora um outro de descriminalização do aborto, apresentado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em seu parecer a deputada apresenta um substitutivo que suprime o artigo 124 do Código Penal que tipifica como crime a prática do aborto. Se aprovado, o aborto deixará de ser crime e passará a ser um procedimento médico como outro qualquer.

A celebração da Independência do Brasil, às vésperas das eleições, servirá de apelo à nossa consciência cristã. Sejam rejeitados quaisquer candidatos que, por seu comportamento, não contribuam para a construção de uma pátria que assegure o bem-estar de seus filhos.

D. EUGENIO SALES é cardeal-arcebispo emérito da Arquidiocese do Rio.